



Categorização da agricultura familiar nas políticas públicas de profissionalização no Brasil

Categorization of family farming in public policies of professionalization in Brazil

DOI: 10.55905/oelv21n12-066

Recebimento dos originais: 01/11/2023

Aceitação para publicação: 01/12/2023

Renato Marques Alves

Mestre em Ciências da Saúde e Biológicas

Instituição: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Endereço: Avenida Antônio Carlos Magalhaes 510, Juazeiro - BA, CEP: 48903-210

E-mail: renato.alves@univasf.edu.br

Júlio José Torres dos Santos

Mestre em Sociologia

Instituição: Universidade do Estado da Bahia

Endereço: Rua Edgard Chastinet, s/n, São Geraldo, Juazeiro - BA, CEP: 48905-680

E-mail: jjtorresadv@gmail.com

Tábata Figueiredo Dourado

Mestra Profissional em Educação do Campo

Instituição: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Endereço: Avenida Rui Barbosa, Centro, Cruz das Almas – BA, CEP: 44380-000

E-mail: tabata@ufrb.edu.br

Denes Dantas Vieira

Doutor em Ciências Sociais

Instituição: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Endereço: Avenida Antônio Carlos Magalhaes 510, Juazeiro - BA, CEP: 48903-210

E-mail: denes.vieira@univasf.edu.br

Francisco Ricardo Duarte

Doutor em Difusão do Conhecimento

Instituição: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Endereço: Avenida Antônio Carlos Magalhaes 510, Juazeiro - BA, CEP: 48903-210

E-mail: francisco.duarte@univasf.edu.br



Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
Instituição: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)
Endereço: Rod. Ba-210, Km 4, s/n, Malhada da Areia, Juazeiro – BA
E-mail: lucia.oliveira@univasf.edu.br

Marcelo Henrique Pereira dos Santos

Doutor em Ciências Sociais
Instituição: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)
Endereço: Avenida Antônio Carlos Magalhaes 510, Juazeiro - BA, CEP: 48903-210
E-mail: marcelo.henrique@univasf.edu.br

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar a agricultura familiar camponesa, por meio de concepções presentes nas diversas políticas de profissionalização brasileira e das perspectivas de desenvolvimento para o campo no âmbito do Governo Federal, no período de 2003 a 2022. No entanto, primeiro apresenta-se os conceitos e marcos históricos pertinentes à educação profissional do campo. Em seguida, traz-se um debate teórico acerca da evolução dos conceitos de camponato e agricultura familiar, a partir das bases teóricas de Abramovay (1992), Wanderley (1998), Lipton (1968, Santos (1978) e Martins (1975). A pesquisa foi conduzida utilizando o método de revisão sistemática da literatura. Os resultados apresentam as políticas e os programas de profissionalização para os trabalhadores do campo; trazem questionamentos sobre a qualificação profissional destinada a população rural que subordina a tradição camponesa ao modelo de produção capitalista; e as demandas da categoria jovem e juventude no/do campo reclamam da descontinuidade e da curta duração na formação profissional. Conclui-se a partir do levantamento da literatura que as políticas públicas e os programas criados pelo governo brasileiro impulsionaram as atividades produtivas e geração de renda, mas submetendo esses trabalhadores rurais à lógica do agronegócio como modelo de governança proposto para o desenvolvimento econômico do país.

Palavras-chave: políticas de profissionalização, agricultura familiar, política pública.

ABSTRACT

The present article aimed to analyze peasant family farming, through concepts present in the various policies of Brazilian professionalization and development prospects for the countryside within the scope of the Federal Government, in the period 2003 to 2022. However, first we present the concepts and historical milestones pertinent to the professional education of the field. Next, there is a theoretical debate about the evolution of the concepts of peasantry and family agriculture, starting from the theoretical bases of Abramovay (1992), Wanderley (1998), Lipton (1968), Santos (1978) and Martins (1975). The research was conducted using the systematic literature review method. The results present the policies and professionalization programs for the field workers; they raise questions about the professional qualification aimed at the rural population that subordinates the peasant tradition to the capitalist production model; and the demands of

the youth and youth category in the field complain of discontinuity and short duration in professional training. It is concluded from the literature survey that the public policies and programs created by the Brazilian government boosted productive activities and income generation, but submitting these rural workers to the logic of agribusiness as a proposed governance model for the economic development of the country.

Keywords: professionalization policies, family farming, public policy.

1 INTRODUÇÃO

A educação dos povos do campo que surge das lutas e debates dos movimentos sociais está vinculada às concepções de campo que priorizam a permanência dos camponeses e camponesas em seus espaços de produção e da vida; a diversificação produtiva; a produção agroecológica; mão de obra humana e familiar, o fim dos latifúndios e da concentração de terras.

A partir do levantamento das diferentes concepções e objetivos imbricados nas políticas de formação e qualificação profissional ao longo da história, identifica-se os diferentes perfis de trabalhadores a que se destinam ou que pretendem formar. Uma vez situada teoricamente a evolução das categorias e conceitos que compõem a diversidade da classe trabalhadora do campo, segue-se analisando as concepções predominantes da educação e qualificação profissional no Brasil, para este segmento. (Saviani, 2007).

As contribuições teóricas para o entendimento da categoria trabalho e das relações de trabalho no interior da sociedade capitalista são mais facilmente relacionáveis ao trabalho fabril ou em um ambiente em que há uma relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores explorados. Entretanto, o trabalho do campo, especialmente na agricultura familiar camponesa, traz consigo a peculiaridade de que não há objetivamente a relação de patrão-empregado e as famílias detêm formalmente a propriedade da terra. (Antunes, 2009). Contudo, concorda-se que a lógica capitalista interfere em algum grau nas relações e nos processos de trabalho neste espaço.

Segundo Stédile (2005), não se explora diretamente a força de trabalho como o patrão explora o operário, mas se expropria grande parte de sua produção, condicionando-a à comercialização e impondo os padrões produtivos do modelo da agricultura



capitalista. Assim, a alienação pelo trabalho se dá, por exemplo, a partir do controle do camponês através das “leis” do mercado e de toda a estrutura capitalista que perpassa a economia e a política.

Amin (1989) acrescenta

O capital dominante anula a renda, livra-se da propriedade fundiária e proletariza o camponês trabalhador (...) que conserva a propriedade formal da terra, mas não tem mais a propriedade real. Conserva, também, a aparência de um produtor comerciante que oferece produtos no mercado, mas na verdade é um vendedor de força de trabalho e sua venda é disfarçada pela aparência de produção comercial. Assim, o camponês é reduzido de fato, a condição de trabalhador a domicílio. (AMIN, 1989, p. 29)

Guzman (2005, p. 47), todavia, afirma que a resistência do modo de produção camponês representa “a possibilidade de evitar a homogeneização da sociedade estabelecida pelo capitalismo por meio da divisão industrial do trabalho que impõe sua lei da especialização para o aumento da produtividade.” Aponta, ainda, para o aprimoramento do trabalho cooperado para um progresso real do campesinato e fortalecimento de enquanto organização autônoma.

Nesta acepção, Vendramini (2007) assevera que o próprio fato de resistirem a produzir seu modo de vida e sua cultura no campo, confere aos camponeses um caráter diferenciado, já que dentro do capitalismo, o campo e a terra são postos apenas a partir de seu aspecto produtivo e não consideram a vida e permanência humana naquele espaço. Neste aspecto, o fato de terem na terra, além do espaço produtivo, seu espaço de vida frente a todo o controle tanto do capital comercial e quanto do financeiro e da coerção ideológica, coloca-os em um lugar de resistência e não somente de subordinação.

Para teóricos da educação brasileira como Saviani (2007) compreender a educação e formação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras do campo implica em entender inicialmente histórica divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, que se desdobra na relação dicotômica entre educação e trabalho. Considera-se ainda que, a forma capitalista da sociedade, que acentua a divisão do trabalho, fundamenta também a divisão no interior da educação entre a educação para a classe dominante - de base

propedêutica, científica - e a negação da educação ou sua oferta deficitária para a classe trabalhadora.

Essa dualidade fica nítida na educação profissional, mais diretamente condicionada pelo “processo produtivo” e às demandas de mercado. Especialmente com a modernidade, a produção se rende ao mercado, o qual assume para si a organização da produção e suas relações de capital e trabalho. O capitalismo, então, determina as regras sobre valores, ideias, teorias, símbolos e instituições, entre as quais se destaca a escola como espaço de produção e reprodução de conhecimentos, atitudes, ideologias e teorias que justificam o novo modo de produção (Frigotto, 1999).

Enquanto no período colonial brasileiro a educação era restrita aos dominantes e negada aos trabalhadores, com a Proclamação da República pretendia-se apenas que os votantes dominassem o mínimo das letras para que conseguissem assinar seus nomes. Já o período industrial gera a demanda de formação para os futuros operários, onde novamente os trabalhadores do campo são excluídos. Ou seja, no espaço rural onde predomina o trabalho tido como braçal, a escolarização tende a ser deficitária. Assim, constitui-se uma lacuna entre os que pensam e os que executam o trabalho, em todas as dimensões (Ciavatta, 2009).

Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), mostram que, na Bahia, onde 35,4% dos trabalhadores pertencem ao setor agrícola, esta é a categoria com menor índice de escolaridade entre todas as categorias, chegando a 44,4% o número de ocupados neste setor que possuem apenas o ensino fundamental incompleto ou são considerados sem instrução. Mesmo no setor de empregos formais somando os trabalhadores na agricultura, na floresta e na pesca o déficit de escolarização chega a 58,8% os que são considerados sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (DIEESE, 2012).

Esta defasagem histórica da escolarização e formação para a classe trabalhadora e mais acentuadamente para a população do campo, repercute nas políticas de qualificação e educação profissional para esta população. Quando implementadas, tais iniciativas voltavam-se para atenderem às funções demandadas pela agricultura capitalista.

De acordo com os estudos de Manfredi (2002), a educação profissional tem suas origens a partir do momento que o ser humano começa a transformar a natureza e a produzir sua existência, passando os conhecimentos que adquire nesta interação com a natureza, de geração para a geração. São conhecimentos ligados às tecnologias de trabalho, desde a utilização de instrumentos mais rudimentares às atividades e técnicas desenvolvidas e utilizadas cotidianamente. Neste processo de transmissão ou formação que diz respeito a uma necessidade, que a autora chama de utilitarista e “para a vida”.

Apesar desta educação a partir e para o trabalho ter elementos na pré-história, é na sociedade moderna a partir do pleno desenvolvimento do capitalismo que a educação para o trabalho se institui como reprodutora dos interesses do capital. Isto porque, nas sociedades anteriores, escravocrata e servil, os trabalhadores desenvolviam apenas atividades manuais simplórias e na visão da classe dominante, não necessitava de formação para o desenvolvimento de tal ofício. (Idem)

O surgimento “oficial” da educação profissional dá-se, então, a partir da intensificação do modo capitalista de produção, com a industrialização e sua forte demanda por qualificação técnica. Deste modo, concebendo o modelo de agricultura extensivo diretamente antagônico ao modelo produtivo e de vida no campo da agricultura familiar, a perspectiva hegemônica de formação profissional não irá considerar os princípios e perfis dos trabalhadores da agricultura familiar camponesa.

Enquanto a agricultura capitalista considera apenas o potencial produtivo mercadológico, baseado na máxima exploração do meio ambiente e na padronização dos produtos, impondo um ritmo industrial produtivista na agricultura, causando inúmeras e devastadoras consequências; O modo de vida e de produção da agricultura familiar representa a oposição a este modelo, com formas de trabalho e produção diferenciadas, com foco na permanência e na vida no campo, na valorização e diversificação da produção e fundamentalmente, em um projeto de sociedade contra hegemônico, aponta Alentejano (2012).

No Brasil, a intensificação da formação de mão de obra na área agropecuária acontece justamente no período do atrelamento da agricultura à indústria e com a chamada “Revolução Verde” no período pós Segunda Guerra. Quando se pretendia disseminar o

modelo de modernização da agricultura, através da intensa mecanização agrícola, utilização de insumos químicos e da máxima exploração do meio ambiente. Neste período demandava-se pela formação de técnicos, extensionistas rurais e outros profissionais da área, no intuito de fortalecer e apregoar este modelo produtivo. Esta disseminação penetra inclusive os espaços da pequena agricultura de base familiar, deixando as consequências da defesa do paradigma modernizante atrelado a práticas destrutivas de produção (Idem).

A formação profissional para trabalhadores do campo, ou ensino agrícola nas primeiras décadas do século XX, era escassa e voltava-se para capacitar funcionários para as grandes fazendas. E neste período, o modelo predominante de desenvolvimento do campo começa a ser influenciado pela industrialização e caracterizava-se principalmente pela mecanização agrícola e substituição da mão de obra humana por máquinas. Assim, surge outro fenômeno que marca as décadas seguintes, que é a grande migração do campo para a cidade.

Batista e Gomes (2011), trazem que a migração do campo para a cidade, intensa neste período, aumenta o contingente de trabalhadores “sem formação específica” e o sistema educacional não conseguiu atender em larga escala. Neste momento, o Governo institucionaliza as agências profissionalizantes, que de forma paralela atua na preparação de mão de obra para esses serviços e, a partir do convênio com a Confederação Nacional das Indústrias, cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com o Decreto-Lei 4.048/42 e quatro anos depois, com o Decreto-Lei 8.621/46, é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Ambos compõem atualmente o chamado Sistema S e são responsáveis por grande parte das escolas profissionalizantes do país.

Este momento histórico, deixa características marcantes no ensino profissionalizante até a atualidade: a aliança do Estado com o capital (industrial, comercial e agrário); isto, por sua vez, gera o atrelamento profissionalização ao mercado de trabalho e às demandas do capital; o que é em sua essência divergente dos princípios de formação da classe trabalhadora na perspectiva contra hegemônica, à qual se propõe os movimentos camponeses e da agricultura familiar, por exemplo.

Já na década de 90 e, especialmente seus anos finais, impacta na educação profissional e na educação brasileira no geral, a disseminação das teorias neoliberais. Batista (2011) faz uma análise específica do processo de reestruturação produtiva quando o capitalismo lança seus dispositivos ideológicos para manter sua hegemonia, baseados principalmente nas teorias organizacionais, direcionados inicialmente para a gestão empresarial, tinham como princípios a falsa liberdade financeira e individual; a flexibilização e adaptabilidade; controle de qualidade total; dentre outros.

Diante dessa diversidade de concepções e categorias e seus contextos históricos e sociais, este trabalho segue, portanto, questionando, a partir dos perfis traçados e das categorias utilizadas, quais as concepções presentes nas diversas políticas de profissionalização brasileiras - a partir dos anos 2000 - e as perspectivas de desenvolvimento para o campo às quais se atrelam tais políticas? Assim este trabalho teve como objetivo analisar a agricultura familiar camponesa através das concepções presentes nas diversas políticas de profissionalização brasileira e as perspectivas de desenvolvimento para o campo atreladas as políticas profissionalização.

O texto está organizado em seções que incluem esta introdução que refletiu a educação e profissionalização da classe trabalhadora do campo; a seção 2 apresenta uma breve caracterização da cultura camponesa; a seção 3, os procedimentos da pesquisa para seleção dos documentos para revisão da literatura; a seção 4 e 5, respectivamente discutem os resultados encontrados e as considerações finais.

2 BREVE NOTAS SOBRE CAMPESINATO

O ser camponês é resgatado por Abramovay (1992, p. 108), citando Redfield que assim o descreve: [...] sua agricultura está voltada para a manutenção e é um modo de vida e não um negócio visando lucro [...]. Vê-se um camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra, no qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento.

Nesta concepção, em um estabelecimento camponês o critério da maximização da utilidade não é, como em qualquer empresa capitalista, o de obtenção da maior



lucratividade, pois “o uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares.” (Abramovay, 1992).

Chayanov (1995, 1996) identifica a particularidade da economia camponesa tomando por base o equilíbrio entre necessidade de consumo e capacidade de produção, e entende que o objetivo da economia camponesa é a sobrevivência alcançada através da estratégia de mais trabalho, ao invés de simplesmente perseguir o lucro racional capitalista. Ele considera que a agricultura não é ocupação, mas combinação de tarefas em que o membro é, além de tudo, agricultor, carpinteiro etc. Destacou Chayanov que “renda familiar” é um todo indivisível verificável após um ano de trabalho e esforço coletivo, e resulta de um processo de reprodução familiar, cujo complexo é o empreendimento, ou empresa familiar, que se distingue sobremaneira da empresa capitalista (*apud* Abramovay, 1992).

Wanderley (1998, p. 3) informa o modo de organização, sua natureza econômica e a fonte do trabalho que aciona o capital nessa categoria específica: “[...] a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, de mais valia. A fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção”.

Por outro lado, como diz Lipton (1968), “o agricultor familiar é um maximizador não de lucros, mas de oportunidade de sobrevivência”. Agricultor familiar é aqui concebido no sentido proposto por Santos (1978) e Martins (1975) como sendo a personificação de forma de produção simples de mercadorias. Nessa concepção, ele detém a propriedade dos meios de produção (terra mais insumos de trabalho), trabalha com esses meios e adota uma estratégia econômica que combina a produção direta dos meios de vida e a produção programada de excedentes comercializáveis.

Costa (1994) demonstra que a economia camponesa é capaz de se constituir na via alternativa para o desenvolvimento sustentável. Segundo este autor, “esta forma de produção vem reordenando a base produtiva, substituindo as culturas temporárias pelas permanentes e diversificando os plantios, como forma de adaptar-se às exigências atuais”. Como se depreende de suas observações, trata-se de uma tomada de consciência resultante de aprendizagens de competências.

Nesse sentido analisar a agricultura familiar camponesa através das concepções presentes nas diversas políticas de profissionalização brasileira.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Considerando-se o objeto do estudo a classe trabalhadora do campo e as políticas públicas de profissionalização no âmbito do Governo Federal. Optou-se pela revisão da literatura que é um método de pesquisa utilizado em levantamento temático para se compreender a evolução de determinadas categorias conceituais ou o comportamento de eventos sociais que ocorrem na atualidade (Costa; Zoltowski, 2014). Na revisão sistemática da literatura, a seleção organizada de materiais/estudos ocorre por meio da definição de critérios de inclusão e exclusão, definição das fontes de informação, escolha de palavras-chave e do problema de pesquisa. No caso aqui, a revisão da literatura ocorreu em plataformas multidisciplinares para analisar os programas institucionais para o desenvolvimento do trabalhador do campo e identificar quais categorias estão presentes nas políticas públicas ou programas de profissionalização da agricultura familiar. As buscas foram realizadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal de Periódicos Capes.

Para o levantamento das informações nas bases de dados selecionadas adotou-se 02 (dois) critérios de inclusão dos estudos:

- 1) Políticas, Planos ou Programa do Governo Federal utilizados para qualificação profissional do(a) trabalhador(a) rural da agricultura familiar;
- 2) Estudos empíricos sobre profissionalização no campo para o levantamento das categorias nas Políticas, Planos ou Programa do Governo Federal.

Quanto às estratégias de busca, utilizou-se o recurso de pesquisa avançada para combinação dos termos. As palavras-chave utilizadas foram “qualificação profissional”, “agricultura familiar” e “política pública” que foram combinadas através do operador “E”, com uso de as duplas, tendo como filtro de busca o campo “resumo” na base da BDTD. Já no Portal de periódicos Capes, as estratégias de busca eram as mesmas palavras-chaves, marcadas nos filtros “é exato” em “alguém campo”. A pesquisa foi realizada nos dias 28, 29 e 30 de julho de 2022.

Na base BDTD foram recuperados 08 documentos e no Portal de Periódicos da Capes 98 documentos, entre os anos de 2003 a 2022. Aplicando um novo filtro ao termo de busca “agricultura familiar” para pesquisar no campo “título” e mantendo as mesmas combinações anteriores foram localizados 08 documentos. Totalizando 16 documentos recuperados para análise. Para aplicação dos critérios de inclusão foram realizadas leitura do resumo e em alguns casos da introdução para seleção dos materiais. Após análise dos materiais identificamos 07 estudos aptos para amostragem da pesquisa. O quadro 1 traz os a lista dos trabalhos aceitos.

Quadro 1 - Os trabalhos aceitos

Título	Ano de publicação	Tipo
O campesinato tradicional e a indústria de biodiesel: integração subordinada no sul do Brasil 2003 – 2008.	2011	Tese
Qualificação e capacitação no Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): ressignificação do trabalho na agricultura familiar do Baixo Amazonas.	2009	Tese
A qualificação e a formação da identidade profissional dos agricultores familiares da região de Januária – MG.	2013	Tese
Desafios da educação crítica nas ciências agrárias: possibilidades e limites na versão Residência Agrária UFPB.	2015	Tese
O processo educativo no projeto Saberes da Terra do território cantuquiriguaçu: limites e possibilidades.	2010	Dissertação
Educação do campo e práticas ambientais sustentáveis: um olhar para o PROJOVEM Campo Saberes da Terra em Pedra Mole/SE.	2019	Dissertação
PROINF, juventude e reestruturação territorial da agricultura familiar em alagoas: considerações iniciais.	2020	Artigo

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

4 RESULTADOS & DISCUSSÃO

Identificou-se um número 06 (seis) políticas públicas de abrangência nacional aplicadas na qualificação profissional do agricultor familiar. Em contraste com outro estudo sobre políticas públicas para a Educação do Campo realizado por Santos (2019)

ele apresenta um quadro sintético dos programas educacionais desenvolvidos no Estado de Sergipe-Brasil, entre os anos de 1997-2017, e consta apenas 04 (quatro) programas: Escola Ativa, Pronera, Projovem Campo Saberes da Terra e Procampo.

Quadro 2 - Política, Plano e Programas de qualificação profissional no meio rural

Item	Política, Plano e Programa	Situação atual
001	Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB)	Em vigor
002	Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Em vigor
003	Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) / Plano Nacional de Qualificação (PNQ)	O PNQ passa a ser o Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL (Resolução CODEFAT nº 907/2021).
004	Curso Residência Agrária, oferecido pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)	Programa de Residência Profissional Agrícola (Programa AgroResidência) - Portaria nº 193/2020.
005	ProJovem Campo Saberes da Terra	Extinto
006	PROINF	Extinto

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Os achados nesta pesquisa revelam um número limitado de políticas públicas de qualificação profissional para o campo. As explicações sobre o número limitado de políticas públicas ou a descontinuidade de programas de qualificação profissional para o campo, atribuem-se que tais pautas não são do Estado, mas dos diversos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual defende a luta pela conquista da terra, trabalho e educação para o campo. Sobre os avanços e limites em relação às políticas públicas para agricultura familiar Sabourin (2018) argumenta que no início dos anos 2000 na região da América Latina, especialmente no Brasil, houve a criação de políticas específicas para agricultura familiar graças à constituição de coalizões em torno dos movimentos sociais, aproveitando vitórias

eleitorais de setores da esquerda. Mas a partir do ano de 2012, essas coalizões sofreram uma perda de espaços, recursos, força e legitimidade que levaram a uma erosão progressiva das políticas específicas para agricultura familiar.

Quanto aos agricultores beneficiados nos programas de qualificação profissional percebeu-se a preocupação dos pesquisadores em investigar a questão da tradição camponesa em contraste com a produção capitalista. Porque a qualificação profissional se “insere nesse universo com a finalidade de levar tecnologia a essa parcela da população rural, reformular os meios de produção e tornar possível o seu encaixe na estrutura capitalista” afirma Sampaio (2013, p.158). Além de gerar renda, produtividade e empregos, por extensão evita-se a migração do campo para a cidade. Contudo a vinculação do agricultor familiar aos programas de capacitação suscita a indagação sobre a possibilidade da subjetividade camponesa entrar em conflito com a racionalidade capitalista (Lunardi, 2011). Isso porque os beneficiários (agricultor e agricultora tradicional) têm fortes laços de pertencimento ao lugar (de origem), com ao uso da terra e o trabalho que é a identidade camponesa. No entanto os achados demonstram que a qualificação profissional do governo federal para os agricultores familiares é para atender ao modelo de desenvolvimento econômico vigente (Sampaio, 2013) ou nas palavras de Lunardi (2011, p.139) “a qualificação profissional teve um importante papel na integração subordinada do campesinato na cadeia de produção do biodiesel”.

No tocante a categoria profissional nos programas de qualificação rural, o termo agricultura familiar ou agricultor familiar apresenta-se como categoria de ação política. Pois no termo se reconhece a identidade, cidadania econômica e política da causa camponesa (Lunardi, 2011), graças à criação do PRONAF¹ que permitiu o acesso ao crédito, à infraestrutura e à qualificação profissional para a gestão da unidade rural familiar. Segundo Dias (2009) o perfil da categoria do PRONAF: agricultores, pescadores artesanais, aquicultores, extrativistas, indígenas e remanescentes de

¹ Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Programa surgiu em 1995, no momento em que os custos e a escassez do crédito bem como a qualificação dos agricultores familiares eram apontados pelas organizações dos trabalhadores rurais (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Federação e Sindicatos de Trabalhadores Rurais) como as condições necessárias ao desenvolvimento da agricultura familiar (Dias, 2009).

quilombos, assim como, estão presentes nos documentos dos programas outras categorias como inclusão social; desenvolvimento sustentável; empreendedorismo e empoderamento. Entretanto segundo Dias (2009) não foi possível afirmar a melhoria da qualidade de vida dos agricultores com relação à inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

A categoria social jovem e juventude no/do campo é um dos temas relevantes que aparece nas discussões sobre sucessão na agricultura familiar. Identificou-se que essa categoria foi contemplada no programa Pró-Jovem Campo Saberes da Terra - específico aos jovens camponeses das faixas etárias de 18 a 29 anos. O programa previa a escolarização no ensino fundamental e à qualificação profissional, por extensão contribuía para a permanência dos jovens no campo. Apesar da relevância social do programa, não se constituiu em uma política pública continuada a esta categoria. A principal reclamação era a descontinuidade e a curta duração na formação. “[...] Que ao invés de programas temporários para educação do campo, sejam efetuados programas e até mesmo implantadas escolas/ensino efetivos voltados para os sujeitos do campo” (Santos, 2019). Para Costa (2010) o Projeto Saberes da Terra constitui-se em uma estratégia de inclusão excludente, uma vez que não viabiliza adequadamente o aprofundamento do conhecimento técnico-científico.

Ainda no contexto de educação do campo para alargamento do horizonte da pesquisa, inclui-se a categoria extensionistas para assentados da reforma e agricultores familiares atendida no curso Residência Agrária do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Justifica-se devido ao período de Estágio de Vivência, em que os extensionistas em formação profissional moravam com as famílias nos assentamentos e nas casas de agricultores familiares para o contato com a realidade, os problemas enfrentados e propor soluções combinando o conhecimento científico e o conhecimento tradicional do agricultor (Vasconcelos, 2015).

Por fim também se identificou no presente estudo, o uso da categoria geográfica como referência ao território e os seus derivados como territorialidades rurais e territórios da cidadania contemplados a partir dos Projetos de Infraestrutura e Serviços (PROIN)

cujo objetivo era financiar projetos de infraestrutura e serviços indutores de desenvolvimento territorial (Silva, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no levantamento de informações da literatura, foi possível conhecer as políticas públicas e os programas criados pelo governo brasileiro, sobretudo a partir do ano 2000, em atendimento às reivindicações dos movimentos sociais para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura familiar e a profissionalização do agricultor(a). Assim, os instrumentos governamentais para qualificação profissional do campo contemplam categorias sociais diversas (agricultor familiar, indígenas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, assentados, acampados etc.) para impulsionar as atividades produtivas e geração de renda, mas submetendo esses trabalhadores rurais à lógica do capital e do agronegócio como modelo de governança proposto para o desenvolvimento econômico do país.

Não obstante, constam nos documentos oficiais as categorias conceituais como inclusão social e sustentabilidade abriam a possibilidade nas capacitações para problematizar a questão da degradação ambiental gerada pelos produtos sintéticos (os agroquímicos), a luta pela reforma agrária e a valorização da cultura identitária camponês(a).

Também constatamos que através da categoria trabalho e educação no campo, concebendo a possibilidade de trabalho socialmente útil e não apenas o trabalho alienado às condições da agricultura capitalista, foi possível permitir aos jovens e adultos qualificação profissional voltada à realidade da agricultura familiar, assim como a formação em diversos níveis educacionais da alfabetização à pós-graduação.

Vimos que a categoria geográfica é uma referência ao território. E este é um catalizador para a construção das políticas e programas para o desenvolvimento de serviços e da produção agrícola nos territórios rurais, contrastando com as políticas públicas de crescimento econômico direcionadas para as áreas urbanas e não consideravam as especificidades da população do campo.



Constatamos retrocessos ao verificar que as políticas e programas de educação, infraestrutura e serviço para o campo foram extintos gerando um déficit social para os seus beneficiários do campo, sobretudo para jovens e adultos. No entanto, resta aprofundar os conhecimentos sobre políticas públicas em funcionamento como o PRONAF e o PRONERA estão disponibilizando recursos financeiros para programas de capacitação profissional direta dos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1992. 228p

ALENTEJANO, Paulo. Modernização da Agricultura. In: CALDART, Roseli et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

AMIN, S. O Capitalismo e a renda fundiária. In: AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo SP: Boitempo, 2009.

BATISTA, Eraldo Leme. GOMES, Helica Silva Carmo. A Educação Profissional no Brasil: algumas notas sobre os anos 1930 e 1940. In: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES Henrique (org.). **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capitalismo no século XXI**. Bauru, SP: Canal 6, 2011.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, Sílvia H.; COUTO, aria Clara P. de Paula; VON HOHENDORFF, Jean. **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. Cap. 2, p.39-54. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1238>. Acesso em: 10 out. 2023

COSTA, F. de A. **Racionalidade camponesa e sustentabilidade**. Belém: [s.n], 1994 (Papers do NAEA, n. 29).

COSTA, J. G. da. **O processo educativo no projeto saberes da terra do território Cantuquiriguaçu: limites e possibilidades**. 2010 233f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/22972> . Acesso em 29 jul. 2022.

DIAS, M. do C. da S. **Qualificação e Capacitação no Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): ressignificação do trabalho na agricultura familiar no Baixo Amazonas**. 2009. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/41748>. Acesso em: 29 jul. 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário da educação profissional da Bahia: volume II.** Salvador: DIEESE, 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Educação Profissional da Bahia e Territórios de Identidade.** Salvador: DIEESE, 2012.

FERREIRA, A. D. D; BRANDENBURG, A. (Orgs). **Para pensar: outra agricultura.** Curitiba, UFPR, 1998.

GUZMÁN, Eduardo Servilla. MOLLINA, Manuel González de. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LUNARDI, J, C. T. **O campesinato tradicional e a indústria de biodiesel: integração subordinada no Sul do Brasil - 2003-2008.** 2011.162f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós Graduação em Educação, Curitiba-PR. Disponível: <http://hdl.handle.net/1884/41748>. Acesso em 28 jul. 2022.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

SAMPAIO, R. M. **A qualificação e a formação da identidade profissional dos agricultores familiares da região de Januária-MG.** 2013. 232f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/41748>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SANTOS, J. **Educação do campo e práticas ambientais sustentáveis: um olhar para o PROJOVEM Campo Saberes da Terra em Pedra Mole/SE.** 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11159>. Acesso em 28 jul. 2022.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova.** Ed. Huatec, São Paulo, 1978.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação.** V. 12 n. 34. 2007.

SILVA, J. A. da. **PROINF, juventude e reestruturação territorial da agricultura familiar em Alagoas: considerações iniciais. Revista de Geografia,** Recife, v. 37, n. 3, p.93-106, 2020.

STEDILE, João Pedro. **A Luta pela Reforma Agrária e a Produção do Conhecimento. In: O MST e a Pesquisa.** Veranópolis: Iterra, 2007.



VASCONCELOS, G. de O. S. de. **Desafios da educação crítica nas ciências agrárias: possibilidades e limites na versão Residência Agrária UFPB**. 2015. 227f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba - Centro de Educação, João Pessoa-PB.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e Trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes**, Campinas-SP, v. 27, n. 72, p. 121-135, 2007.

VON HOHENDORFF, Jean. Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; VON HOHENDORFF, Jean. **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. Cap. 2, p.39-54. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1238>. Acesso em: 10 out. 2023

WANDERLEY, M. de N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D; BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998. p. 29 – 49.